

# Aquino de Bragança, “um intelectual orgânico da independência”

Augusto Nascimento\*

p 169-173

Em 23 e 24 de Setembro de 2009, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA) organizou em Maputo um colóquio em homenagem a Aquino de Bragança, um “intelectual orgânico da independência” de Moçambique. O tema do colóquio era “Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas”<sup>1</sup>

Na conferência inaugural, Boaventura Sousa Santos estabeleceu paralelismos entre o Centro de Estudos Africanos da UEM e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, cujas géneses e trajetórias em época de intensas transformações políticas e sociais de algum modo suscitam a questão “o que significa ser um bom cientista social?” A resposta passa pela avaliação do contexto em que se produz conhecimento social. A partir desta premissa teórica, criticou a ausência da consideração da realidade nas abordagens – para o autor, pseudo-científicas – assentes na prescrição de um receituário mais ou menos uniforme para as diversas realidades.

Tais questões foram relacionadas com as práticas científicas no contexto do pós-independência moçambicano. Parte da discussão superveniente versou a singularidade dos processos políticos e, inevitavelmente, da prevalência do “marxismo” em Moçambique. O processo de transição para a independência surpreendia os mais ortodoxos (conquanto bem intencionados) nacionalistas africanos, adeptos da cartilha marxista, para quem não existiam noções como, por exemplo, semi-periferia e, menos ainda, para aplicar ao Portugal colonialista ou à África do Sul do apartheid. Porém, as várias considerações sobre a singularidade do processo moçambicano terão permitido na altura (como permitem agora) reclamar uma diferença relativamente a outras transições revolucionárias e, bem assim, ao receituário do ideário marxista<sup>2</sup>.

\* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; colaborador do CEAUP e do CEA do ISCTE.

1 Realizado em Maputo com o apoio do CODESRIA e do IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

2 O facto de tais asserções remeterem para premissas teóricas e epistemológicas aceitáveis não deve elidir a sua inspiração política. Tais asserções não deixavam de instituir um espaço de ambiguidade que também acabava por ter a função de sacudir pressões associadas a juízos (julgados inoportunos) sobre a evolução da sociedade moçambicana no pós-independência. E sobre África em geral.

Apesar da aspereza das condições políticas, mormente após a realização do congresso da FRELIMO de 1977, a partir do qual se cerceou o debate político, o CEA terá permanecido como um espaço de liberdade de discussão científica (alvitrar-se-á, ao tempo a fórmula possível de expressão de dúvidas políticas). A esta distância, mesmo quando se encare tal juízo acerca do CEA com cepticismo, compreende-se que muitos investigadores moçambicanos, e não só, lembrem o CEA com afecto, porquanto ele foi o berço de muita da investigação deles sobre Moçambique. Várias comunicações – por exemplo, de Luís Filipe Pereira, Isabel Casimiro, Paula Menezes e Teresa Cruz e Silva – lembraram e, a seu modo, celebraram o CEA e a figura de Aquino de Bragança, a quem, naquele contexto de fechamento político, se ficou a dever a abertura para o debate e, mais concretamente, a ideia de que o marxismo devia partir da história e da realidade.

A comunicação de Carlos Dias Fernandes, tributária de uma tese de doutoramento em elaboração, versava especificamente a trajectória do CEA. Na sua perspectiva, pelo seu engajamento político, o CEA privilegiava a investigação “aplicada”, desvalorizando, infere-se, o saber fundamental e a dimensão histórica<sup>3</sup>. A investigação do CEA pautava-se por um sentido de actualidade, até mais, de urgência, induzida pelo engajamento político na libertação nacional. A par disso, a pesquisa primava pelo carácter colectivo<sup>4</sup>. A *questão rodesiana* foi a obra paradigmática desse momento<sup>5</sup>. Dá que pensar que se tenha estipulado oito meses para produzir *O mineiro moçambicano* e que esse lapso temporal tenha sido considerado um luxo. Tempos que, todavia, alguns lembraram com saudade. De uma geração mais nova, Carlos Dias Fernandes sustentou que o CEA, tendo começado por subordinar as suas prioridades de investigação à agenda política, acabou por questionar os dogmas políticos – tendo, por exemplo, duvidado das grandes machambas estatais e conferido importância à produção camponesa – que espartilhavam o labor científico. Essa intenção de rasgar horizontes inspirou a criação da Oficina de História. Contudo, nem por visar resgatar a história nacional a Oficina de História se perfilou como um projecto consensual no CEA. Desde logo por se pretender basear na história oral.

A reivindicação de um marxismo diferente em Moçambique – com que se tentava rejeitar o espartilho dos alinhamentos da Guerra-Fria – parece ressoar na actual reivindicação de uma ciência africana que forje o seu aparato teórico e metodológico. Parece igualmente ecoar na rejeição de uma “ciência hegemónica” que se demite da compreensão dos objectos que pretende querer estudar.

Dos múltiplos apontamentos sobre Aquino de Bragança, realce-se o de Elísio Macamo, para quem Aquino como que escapava à desconfiança com que o poder político encarava os intelectuais. Lembrando o axioma de trabalho de Aquino, o de partir sempre da realidade em que se vive, Elísio Macamo defendeu os “estudos africanos”, produto da interacção de disciplinas sistemáticas com os estudos regionais, uma imbricação com potenciais virtudes no tocante à própria renovação das disciplinas. Os “estudos africanos” são um tema de incontornável e inesgotável controvérsia, quanto afinal o será também, aven-

3 Ainda hoje se observa a desvalorização da história mais remota em favor da das épocas mais recentes, a saber, a da história do colonialismo e, daí, a da forja do Moçambique actual. A par desta tendência, e embora por razões muito diversas, também a investigação aplicada – e, sobretudo, a consultoria – levam a melhor sobre a investigação fundamental.

4 Será interessante saber até onde Carlos Dias Fernandes levará o escrutínio das relações de poder e das clivagens pessoais e grupais subjacentes ao dito carácter colectivo da pesquisa. Esperemos pelos seus contributos para a reflexão sobre as relações entre instituições e a produção científica em diferentes contextos políticos e sociais.

5 Na esteira de perguntas e respostas sobre a pertinência da “nacionalidade” dos investigadores ou, mais decisivo, da investigação, foi dito que, ao tempo, a África Austral ou a *questão rodesiana* eram uma questão nacional.

tou Macamo, a ideia de “epistemologias do sul”<sup>6</sup>. Sugestiva a sua ideia do conhecimento enquanto parte do processo de “negociação” (talvez afirmação) pelos Africanos da inclusão na história, demanda que, como é sabido, remonta ao tempo colonial e ao diálogo (de surdos) com o colonizador. Recusando uma essência cultural, Macamo apontou como tarefa dos Africanos o aprofundamento do olhar sobre si próprios, bem como sobre o olhar que outros produzem sobre eles. Noutros termos, o que definiria os Africanos seria a capacidade de negociar a modernidade e uma trajetória própria para o futuro no mundo global.

A par destas enunciações, com que se procura uma ética e a proficiência para a prática científica na vertigem das mutações políticas e das incertezas do presente, lembraram-se outras questões com alguma pertinência: por que é que os saberes populares não entraram na Universidade? Reportada ao desprezo de há décadas por outras formas de consciência do mundo, tal questão readquire acuidade nos dias de hoje. Para lá da resposta sobre a propensão hegemónica do marxismo e os consequentes condicionalismos políticos, por exemplo, no pós-independência em Moçambique, talvez aquela questão sirva de norte para relembrar a importância da capacidade de entendimento e de diálogo com outras formas de inteligibilidade e compreensão do mundo (aqui cabe a ideia de Boaventura Sousa Santos acerca do lugar da produção literária na interpretação das sociedades<sup>7</sup>). Afinal, e não só em África, transportamos connosco a inquietação acerca da pertinência das ciências sociais e do seu lugar na vida colectiva.

Justamente, outras comunicações versaram sobre o saber em África, ora recusando que os cientistas africanos não tenham aduzido contribuições válidas para o saber social sobre o continente, ora questionando a proveniência e o ajustamento dos paradigmas científicos produzidos no “Ocidente”. Por exemplo, Carlos Cardoso considerou que ainda se está longe da criação de uma epistemologia libertadora que vá ao encontro das necessidades sociais e simbólicas em África, pelo que se carece de uma ruptura epistemológica. A partir da sua breve análise do percurso das ciências sociais, defendeu a sua revitalização no continente africano a partir da refutação dos “mitos ocidentais”, da reinterpretação da história, pela recusa de preconceitos do pensamento colonial e racial do passado, e, por fim, pelo repensar do saber social em termos que não o tornem oponível ao saber das ciências naturais, propósito no qual parece ecoar a procura de uma unidade harmoniosa do cosmo africano.

Cláudio Furtado traçou as linhas gerais das mudanças epistemológicas operadas no Cabo Verde independente, mais concretamente a partir de meados da década de 80, quando, porventura, as condições económicas e sociais e um certo retraimento da hegemonia do discurso político facilitaram o fomento da investigação. Essa mudança foi protagonizada por uma nova geração de pesquisadores cabo-verdianos. Superou-se a essencialização da sociedade cabo-verdiana, rejeitando-se a interiorização de um paradigma cristalizado porque produzido no exterior acerca de Cabo Verde. Com uma nova agenda de investigação, novos autores impuseram novos padrões de análise e de reflexão sobre a sua prática científica, pautada, aqui e além, pelo peso, quiçá excessivo, do registo discursivo e, de alguma forma, por um défice de suporte empírico.

6 Título do livro organizado por Boaventura Sousa Santos e Paula Menezes apresentado em Maputo por ocasião deste colóquio.

7 O colóquio contou com uma mesa sobre “Literaturas nacionais e produção de conhecimento”, à qual, sem embargo da sua valia nos domínios linguístico e da crítica literária, terá faltado a reflexão sobre o “diálogo” da produção literária com o conhecimento social.

As universidades foram unanimemente consideradas instituições privilegiadas de produção de saber. Porém, também se constatou a sua perda em termos económicos e de influência social. Na esteira de comunicações que sustentaram que a autonomia científica e pedagógica das universidades tem vindo a ser cerceada, Aurélio Rocha criticou o caminho pelo qual, retirando-se-lhes o carácter de instituições sociais, se as tem transformado em meras entidades prestadoras de serviços ou, como se diz, em “universidades operacionais”. De acordo com esta concepção, caberia às universidades o mero treino de mão-de-obra para o mercado de trabalho e para as empresas, em detrimento de uma competente qualificação dos alunos. Por via da confusão entre democratização e massificação, observou-se, por um lado, um abaixamento de qualidade do saber produzido e ministrado e, por outro, a determinação ou qualificação da “ciência” pelo poder financeiro. Contra esta tendência<sup>8</sup>, Aurélio Rocha propôs que as universidades venham a contribuir para a consecução de objectivos sociais, invertendo, desse modo, a sua recente trajectória de perda social e política. Importará notar que, sem embargo da pertinência destes apontamentos, que não respeitarão apenas a África, a mudança social não é mais guiada pela ciência.

O problema não será só político, assim como nem sequer é só africano. Também tem a ver com a produção científica. Não se pode ignorar a questão da objectividade do saber social que, se cingido a estudos de caso, pode não levar a avanços significativos em relação a ensinamentos provenientes da lida diária com a realidade. Em alternativa, quando propõe teorizações tendencialmente orientadoras da acção social e política, pode falhar estrondosamente. A objectividade é difícil: se, como se lembrou Paula Menezes, “Estados falhados” e “autoridades tradicionais” são noções de fora que, em África, não se sabe a que se reportam<sup>9</sup>, também importa pensar no tempo outrora gasto com debates, como ela também lembrou, acerca do “modo de produção zambeziano” (qual tradução local de paradigmas eurocêntricos da época). Noutros termos, importará questionar a objectividade e a pertinência do saber social, também em África, que não dependerá apenas da recusa (por vezes, meramente retórica) dos remanescentes preconceitos do pensamento colonialista e racista.

Como é que a investigação se inscreve nas sociedades africanas? eis a pergunta que perpassou pelo colóquio. Disse-se, importa não querer moldar a sociedade a quadros teóricos preconcebidos, impõe-se antes construir quadros teóricos que permitam compreender as sociedades. Ora, apesar do tom militante do argumento, este é tributário do que de universal contém a prática científica. Já a sua aplicabilidade e validade, essas sim, motivarão sempre muitas interrogações.

Boaventura Sousa Santos citou Amílcar Cabral, para quem a crise africana era, sobretudo, uma crise de conhecimentos espelhada quer na carência de instrumentos teóricos adequados, quer na falta de conhecimentos empíricos. Apesar desta opinião, acutilante e sugestiva<sup>10</sup>, durante décadas, as ciências sociais deixaram-se tornar reféns de liames

8 Num certo sentido, ela é mais visível e mais sentida nalguns países africanos, como será o caso de Moçambique.

9 Em termos simplistas, porventura a noção de “Estados falhados” não será adequada para a descrição e a explicação da realidade vivida pelos Africanos. Mas a realidade (inapropriadamente) descrita com recurso a tal noção não deixa de ser sentida pelo comum da população, designadamente a partir da diferença entre um quotidiano previsivelmente cheio de dificuldades e um quotidiano pejado de dificuldades imprevisíveis. No dia-a-dia, a diferença não é irrelevante, mesmo se a génese de uma nova arquitectura política em África (substituta do Estado colonial e pós-colonial) não é correctamente descrita pela noção de “Estado falhado”.

A crítica de abordagens estereotipadas será tão mais arguta e pertinente quanto maior for também a capacidade de auto-crítica do viés egocêntrico de cada autor.

10 Citar as “autoridades” políticas comporta quase sempre um problema, a saber, o de elas terem afirmado o que se cita e o seu contrário. Em todo o caso, talvez isto importe menos do que a inspiração que nesses vultos, assim como na *rua*, os cientistas podem encontrar para o seu trabalho.

ideológicos, de metas pragmáticas e de armadilhas políticas. Também em África, onde, como noutras partes, a objectividade foi amiúde confundida ou, pelo menos, contaminada pelos desígnios dos vencedores das conjunturas políticas.

Os escolhos à produção científica não se superarão com a mera reivindicação retórica de um nós – por exemplo, um sujeito Africano – tendencialmente absoluto e irredutível. Porventura, a singularidade a construir implicará capacidade crítica constante e reforço da capacidade de diálogo e de debate com os outros.

Conta-se que o pecado original é de todos.

*Outubro de 2009*

